

OPORTUNIDADE DE COMÉRCIO PARA OS SUBDESENVOLVIDOS

Sem querer diminuir a importância das falhas do Brasil e talvez de outros países latino-americanos em adotar políticas adequadas para estimular um aumento das respectivas exportações, é certo que encontramos dificuldades de ordem geral e específicas com relação ao café, resultantes das políticas comerciais das nações industrializadas, importadoras de produtos primários.

Entre os obstáculos de natureza geral poderíamos mencionar as modificações que estão ocorrendo no pattern do comércio de produtos primários. Assim é que os países industrializados estão cada vez mais avançando na área das exportações dos produtos primários, conquistando mercados que pertenciam a países não industrializados. Esse fenômeno não afeta diretamente as receitas de exportação produzidas pelo café, que é um produto tropical. Mas os países que dependem da exportação de produtos tropicais tendem a diminuir, graças à agressividade da política comercial dos países industrializados, suas exportações de produtos competitivos.

Assim, vemos que entre 1953 e 1960 as exportações de produtos primários cresceram de 34%. No mesmo período, entretanto, a exportação de produtos primários por países industrializados cresceu de 57% enquanto a dos países não industrializados cresceu apenas de 14%. Como resultado, os países não industrializados que tinham 55% das exportações mundiais de produtos primários em 1953, participavam, ao final do período considerado, com 47%, enquanto os países industrializados elevaram de 45 para 53% a sua participação relativa nas exportações totais de produtos de base. Ora, como os países não industrializados não têm alternativa para suas exportações, o resultado óbvio é uma diminuição de suas possibilidades de comércio exterior.

Este extraordinário aumento da participação dos países industrializados no comércio exterior de produtos de base reflete, em parte, o impacto das vendas norte-americanas de excedentes agrícolas, as quais, dentro de certos limites, são benéficas para os países subdesenvolvidos, e, em parte, a política agrícola das nações componentes do Mercado Comum Europeu como veremos adiante.

A DETERIORAÇÃO DOS TÉRMINOS DE INTERCÂMBIO

Outro aspecto marcante do comércio de produtos de base é a deterioração dos preços dos produtos de base. Não somente o comércio exterior está diminuindo - porque os países industrializados estão tomando mercados dos países não industrializados - como os preços dos produtos de base, em geral, e do café, em particular, têm sofrido deterioração, enquanto se elevam os preços dos produtos industriais.

Esses dados sobre deterioração dos preços se tornam ainda mais significativos quando confrontados com o índice de crescimento do volume do comércio. Assim, entre 1953 e 1960 houve um aumento no volume do comércio mundial de 50% e uma deterioração nos preços das matérias-primas de 37%.

Comparando-se os preços de exportação do café com os preços das importações oriundos dos Estados Unidos da América, vamos verificar que, enquanto pagávamos mais 10% pelos produtos industrializados que importávamos, recebímos menos 38% pelo café que exportávamos no Brasil.

QUEDA DE PREÇOS DE EXPORTAÇÃO E AUXÍLIO EXTERNO

Poderíamos fazer um exercício de inegável simplificação, mas indicativo, se usado com cautela, das dimensões do problema: tomaremos o ano de 1953 como base e compararemos a receita obtida com as exportações de café nos anos subsequentes com as que seriam obtidas se houvesse prevalecido o valor médio da saca exportada obtido naquele ano inicial.

Os preços do ano de 1953 se prestam bem para serem usados como base pois antecedem a alta anormal e artificial verificada em 1954 e correspondem, grosso modo, ao nível ao qual baixaram em 1955 e nos anos imediatamente subsequentes. Na verdade, no caso do Brasil, os preços de 55 a 58 permaneceram no nível de 53. O valor médio da saca exportada, utilizado para o nosso cálculo, dá uma distorção em favor de uma menor perda de receita. Ainda assim, verificaremos que ela se traduz em cifras substanciais.

Aplicando o raciocínio acima, verificamos que a receita cumulativa potencial que o Brasil deixou de auferir monta a 2,6 bilhões de dólares. A partir de 1959 elas representam cerca de 500 milhões de dólares anuais, receita que nos teria bastado amplamente para resolver todos os nossos problemas do balanço de pagamentos e ampliar substancialmente a taxa de importações indispensáveis ao processo de desenvolvimento econômico. Se, para evitar distorção estatística, deduzissemos desse total o excesso potencial da receita havido em 1954 (184,6 milhões de dólares), ainda assim a perda total teria sido de 2,4 bilhões de dólares.

A título meramente exemplificativo do significado econômico dessa queda da receita, compararemos, a seguir, esses déficits de receita cambial com o auxílio total econômico norte-americano ao Brasil, e outros produtores de café na América Latina, no mesmo período, incluídas todas as formas de auxílio oficial de natureza não militar.

Os países latino-americanos exportadores de café receberam nesse período o total bruto de 3.970,5 milhões de dólares do auxílio econômico norte-americano, a maior parte em forma de empréstimos. Desses, 1,6 milhões foram destinados ao Brasil, 0,65 à Colômbia e 1,75 aos demais produtores de café. Ora, como vimos, só o Brasil perdeu em receita cambial com a queda dos preços do café entre 2,4 e 2,6 bilhões de dólares conforme se deduziu ou não o excesso de receita no ano de 1954.

O objetivo destas observações não é de insinuar que tais movimentos desfavoráveis de preço e volume de comércio refletem uma orientação expoliativa consciente e deliberada dos países industrializados. Nem seria justo negar que, ao adotarem políticas suscetíveis de estimular a superprodução de produtos primários, os países subdesenvolvidos contribuem diretamente para a deterioração dos preços.

A única intenção desta comparação aritmética entre comércio e assistência financeira é a de estimular mais detida reflexão - e talvez lançar dúvidas - sobre a validade das queixas correntes, agora ainda mais fortemente ouvidas, relativas aos encargos que a ajuda ao exterior impõe ao contribuinte norte-americano. Durante a primeira parte da década de 1950-60, o consumidor e contribuinte norte-americano pagava preços muito mais altos de café, cacau, banana e outros produtos primários da América Latina e, apesar disso, a economia norte-americana em nada se ressentia. Na verdade, o nível de crescimento econômico mais elevado do que hoje, quando se advoga uma redução de desemprego era mais baixo e o ritmo de impostos como meio de estimular a utilização de vastos recursos ociosos. Da mesma forma, as economias latino-americanas atravessavam um período de desenvolvimento sem precedentes, sem uma dependência onerosa do auxílio exterior, enquanto agora a maioria delas tende a roçar na estagnação.

Se a economia americana do começo da década de 50, com um nível de renda "per capita" 15 a 20% inferior ao atual, foi capaz, sem qualquer sacrifício visível, de pagar, como importador de produtos latino-americanos, somas substancialmente maiores do que aquelas atualmente gastas como ajuda financeira ao exterior, é difícil de evitar a conclusão de que as usuais restrições aos alegados bilhões de ajuda externa desperdiçados com a América Latina e aos pesados encargos econômicos daí resultantes refletem idéias políticas pré-concebidas mais do que o resultado de uma análise objetiva e de um esforço de melhor compreensão dos fatos.

AS RESTRIÇÕES ÀS EXPORTAÇÕES LATINO-AMERICANAS DE CAFÉ

Os países da América Latina exportam para os países da Comunidade Econômica Europeia 20% de suas exportações totais. Por outro lado, eles importam cerca de 20% de suas importações totais.

Mais importante do que o volume é a estrutura desse comércio.

Do total das exportações latino-americanas para os países da CEE um quinto é exportação de café. Dessa maneira, a capacidade da América Latina de importar equiparadamente da CEE está determinada, em boa parte, pela sua capacidade de exportar café.

Ora, os países membros do Mercado Comum Europeu já oferecerem, individualmente, pesadas restrições às importações de café em geral e, em alguns casos, do café latino-americano em particular. A instituição da tarifa comum externa aggravará o problema, generalizando uma discriminação que por enquanto não é coletiva.

No momento, o sistema de contingentes de importação praticado pela França dá uma preferência às importações oriundas da África que deixa aos demais exportadores acesso a apenas 25% das importações anuais daquele país. As cargas fiscais nos três principais consumidores elevam o preço de retalho a mais de 200% em número do valor unitário do produto ao chegar ao porto. Na Alemanha, por exemplo, a receita fiscal derivada dos impostos sobre o café alcança a extraordinária cifra de 200 milhões de dólares anuais.

menos desenvolvidos com a Europa mostram indícios de constante agravamento já que os períodos relativamente curtos de repagamento dos empréstimos de desenvolvimento europeus exigiram, para a sua adequada amortização, um acesso muito mais livre aos mercados de importação da Europa Ocidental do que é possível sob as atuais políticas protecionistas e discriminatórias.

O DIREITO AO COMÉRCIO EM CONTRAPOSITION AO FAVOR DA AJUDA

A razão pela qual pus tanta ênfase no problema da deterioração dos preços e das oportunidades cada vez mais restritas para o comércio latino-americano é que me parece ter havido uma ênfase exagerada no atual debate neste país em torno do papel da magnitude e dos critérios de ajuda ao exterior, com tais conotações que, necessariamente, dão aos países que recebem esta ajuda uma sensação amarga de humilhação. Estou seguro de que os países latino-americanos prefeririam, se pudessem, atingir pelo comércio e não pela assistência externa os recursos em divisas estrangeiras necessários ao seu desenvolvimento econômico.

A razão pela qual não temos um problema de deterioração dos preços é desoperação constante de estruturas necessárias ao seu desenvolvimento econômico. Isto não significa, certamente, que não podemos preferir a uma sensação de segurança ao risco. Estou seguro de que os preços que recobram esta ésta é que, com certeza, não é necessária ação, não é necessário adotar medidas de caráter fiscal ou monetário. Mas, se a situação econômica é tal que a economia não pode mais suportar a inflação, é preciso agir para evitar que o resultado seja o colapso da economia. Neste caso, a ação deve ser dirigida para garantir a estabilidade monetária e a segurança das pessoas.

O DIRETTO AO COLEGÍO EM CONTAPOSIÇÃO AO FAVOR DA AJUDA

mento se recomendava especificamente as partes contratuais:

a) rápidas remoções das restrições quantitativas que afectavam as exportações oriundas do petróleo subdesenvolvidos;

b) eliminando das tarifas que refletiam os produtos primários exportados por países sub-

c) eliminando ou considerável redução das sobreexigências fixas que afectam os produtos desenvolvidos;

d) mesma medida a serem adoptadas pelos países de economia centralizada para a produção das exportações por países subdesenvolvidos;

e) medidas económicas que afectam os países exportadores que importam os produtos económicos do exterior;

f) operação das preferências comerciais que mantêm a nível dos jorrineadores excedentes económicos do consumo dos roraimenses produzidos próprios países;

g) dos países que importam os produtos primários;

h) que importam os países subdesenvolvidos;

i) que importam os países subdesenvolvidos;

j) que importam os países subdesenvolvidos;

k) que importam os países subdesenvolvidos;

l) que importam os países subdesenvolvidos;

m) que importam os países subdesenvolvidos;

n) que importam os países subdesenvolvidos;

o) que importam os países subdesenvolvidos;

p) que importam os países subdesenvolvidos;

q) que importam os países subdesenvolvidos;

r) que importam os países subdesenvolvidos;

s) que importam os países subdesenvolvidos;

t) que importam os países subdesenvolvidos;

u) que importam os países subdesenvolvidos;

v) que importam os países subdesenvolvidos;

w) que importam os países subdesenvolvidos;

x) que importam os países subdesenvolvidos;

y) que importam os países subdesenvolvidos;

z) que importam os países subdesenvolvidos;